



---

## Número 294

Sessões: 10 e 11 de dezembro de 2019

Este Boletim contém informações sintéticas de decisões proferidas pelos Colegiados do TCU que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial no período acima indicado. Os enunciados procuram retratar o entendimento das deliberações das quais foram extraídos. As informações aqui apresentadas não constituem, todavia, resumo oficial da decisão proferida pelo Tribunal nem representam, necessariamente, o posicionamento prevalecente do TCU sobre a matéria. O objetivo é facilitar o acompanhamento dos acórdãos mais importantes do TCU. Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor das deliberações por meio dos links disponíveis.

---

### [Acórdão 3043/2019 Plenário](#) (Aposentadoria, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)

Pessoal. Tempo de serviço. Tempo de inatividade. Tempo ficto. Vantagem pecuniária.

É irregular a contagem de tempo de serviço ficto, a exemplo do aproveitamento de período de inatividade, para a obtenção de novas vantagens remuneratórias.

### [Acórdão 3051/2019 Plenário](#) (Recurso de Revisão, Relator Ministro Raimundo Carreiro)

Direito Processual. Princípio da independência das instâncias. Princípio do non bis in idem. Improbidade administrativa. Ressarcimento ao erário. Decisão judicial.

Não configura *bis in idem* a coexistência de acórdão do TCU e sentença condenatória em ação civil pública de improbidade administrativa que determinam o ressarcimento ao erário de débitos decorrentes dos mesmos fatos, ainda que imputados a pessoas distintas. Ocorrendo ressarcimento em uma instância, basta que o responsável apresente a comprovação perante o juízo de execução para evitar o duplo pagamento.

### [Acórdão 3061/2019 Plenário](#) (Representação, Relator Ministra Ana Arraes)

Finanças Públicas. Pnae. Recursos financeiros. Natureza jurídica. Pnate. PDDE. FNDE.

As transferências federais decorrentes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e do Programa Dinheiro Direto na Escola Básico (PDDE Básico), regulamentados pelas Leis [10.880/2004](#) e [11.947/2009](#), devem ser classificadas como transferências voluntárias.

### [Acórdão 3064/2019 Plenário](#) (Agravado, Relator Ministro Bruno Dantas)

Direito Processual. Embargos de declaração. Admissibilidade. Decisão monocrática.

É admissível a oposição de embargos de declaração contra decisão monocrática, desde que observados os seus pressupostos de admissibilidade.

### [Acórdão 3065/2019 Plenário](#) (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Bruno Dantas)

Responsabilidade. Convênio. Entidade de direito privado. Débito. Julgamento de contas. Multa. Gestor.

Não afastado o dano ao erário, mas ausentes os elementos necessários para apuração do exato montante ou para estimativa do seu valor, as contas da pessoa jurídica de direito privado destinatária de recursos de transferências voluntárias, bem como as contas dos seus administradores, devem ser julgadas irregulares, mesmo sem imputação de débito. Contudo, a multa do art. 58 da [Lei 8.443/1992](#) não pode ser aplicada à pessoa jurídica, mas apenas aos administradores, uma vez que tal sanção só é aplicável a quem pratica atos de gestão.

### [Acórdão 3076/2019 Plenário](#) (Acompanhamento, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Competência do TCU. Empresa privada. Combate à corrupção. Reparação do dano. Tomada de contas especial.



Em matéria de competência do TCU, o processo administrativo específico de reparação integral do dano a que se refere o art. 13 da [Lei 12.846/2013](#) (Lei Anticorrupção) é o processo de tomada de contas especial, o qual deve ser submetido a julgamento do Tribunal.

**[Acórdão 3076/2019 Plenário](#)** (Acompanhamento, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Gestão Administrativa. Administração federal. Acordo de leniência. Reparação do dano. Processo administrativo. Competência. Combate à corrupção.

O órgão ou a entidade que conduzir o processo administrativo de responsabilização a que se refere o capítulo IV da [Lei 12.846/2013](#) (Lei Anticorrupção) ou, quando cabível, o acordo de leniência, tratado no capítulo V da mesma norma, também se legitima a instaurar o processo administrativo específico de reparação integral do dano, nos casos indicativos de ocorrência de prejuízo aos cofres públicos (art. 13 da Lei Anticorrupção).

**[Acórdão 3149/2019 Plenário](#)** (Representação, Relator Ministro Raimundo Carreiro)

Responsabilidade. Pessoal. Cessão de pessoal. Princípio da impessoalidade. Desvio de função. Multa.

A utilização de servidores cedidos em desacordo com o princípio da impessoalidade ou eivada por desvio de função e ocupação indevida de cargo efetivo caracteriza grave infração à norma legal ou regulamentar, sujeitando os responsáveis à multa prevista no art. 58, inciso II, da [Lei 8.443/1992](#).

**[Acórdão 3151/2019 Plenário](#)** (Monitoramento, Relator Ministro Raimundo Carreiro)

Competência do TCU. Previdência complementar. Abrangência. Entidade fechada de previdência complementar. Tomada de contas especial. Instauração.

O TCU tem competência para fiscalizar direta ou indiretamente as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas pelo poder público, pelas sociedades de economia mista e pelas empresas públicas federais, podendo determinar a instauração de tomada de contas especial em caso de operações que causem prejuízos ao erário.

**[Acórdão 3154/2019 Plenário](#)** (Representação, Relator Ministro Raimundo Carreiro)

Competência do TCU. Contrato administrativo. Abrangência. Direito subjetivo. Interesse privado. Representação.

Não se inclui entre as competências constitucionais do TCU a solução de controvérsias instaladas no âmbito de contratos firmados entre seus jurisdicionados e terceiros ou a prolação de provimentos jurisdicionais reclamados por particulares para a salvaguarda de seus direitos e interesses subjetivos, salvo se, de forma reflexa, esses litígios atingirem o patrimônio público ou causarem prejuízo ao erário.

**Elaboração: Diretoria de Jurisprudência – Secretaria das Sessões**

Contato: [jurisprudenciafaleconosco@tcu.gov.br](mailto:jurisprudenciafaleconosco@tcu.gov.br)

